

A presente edição da Revista Seqüência (nº 39 - dezembro de 1999) coloca à disposição da comunidade jurídica do País, artigos produzidos por professores e seus mestrandos. Trata-se de textos que refletem, como poderá constatar o leitor, uma gama ampla e variada de temas que registram não só as tendências das pesquisas no âmbito da nossa pós-graduação, como, sobretudo, expressam o tipo de interesse que permeia a discussão acadêmica atual e mais geral no país.

O perfil que sempre norteou a Revista Seqüência está mais uma vez presente: seriedade de investigação, senso crítico e pluralidade democrática de idéias. A abertura das valiosas contribuições fica a cargo do mestrando Eduardo Capellari, tratando da crise do Poder Judiciário. As contribuições abarcam desde temas mais genéricos envolvendo Direito, modernidade e globalização chegando a assuntos mais técnicos como a crise do judiciário, lei da arbitragem, inflação legislativa, meio ambiente e serviço público. A mestranda Aline Kipper caracteriza a alienação como condição presente na modernidade e a conseqüente fragmentação do sujeito. Por sua vez, o Professor Edmundo Lima de Arruda Jr. faz uma reflexão sobre a importância e o significado do Manifesto de Marx e de Engels na experiência histórica do socialismo. Outra discussão proposta é feita pelo Professor Christian Guy Caubet, ao levantar criticamente os tratados e os princípios internacionais dedicados à proteção ambiental, bem como a função dos operadores jurídicos e a força obri-

gatória das normas.

Os textos com preocupações mais técnicas são introduzidos pelo questionamento muito atual do Professor Silvio Dobrowolski sobre a inflação legislativa e a jurisdição constitucional.

Temáticas como globalização, neoliberalismo e seus respectivos impactos no âmbito dos direitos humanos merecem a atenção de Karine de Souza Silva. O texto do Professor Fernando Noronha questiona determinados pressupostos metodológicos sobre a natureza, as funções e valores do Direito. Fernando Costa de Azevedo, examina o serviço público e a tutela jurídica dos consumidores.

Não menos oportuna é a contribuição do juiz trabalhista e mestrando do CPGD, Marcelo Tolomei Teixeira, qual seja, a defesa da lei da arbitragem na esfera do acesso à justiça. Não poderia faltar também o noticiário do CPGD, com informações atualizadas, tanto sobre resenhas dos livros dos docentes, quanto sobre as teses e as dissertações defendidas no segundo semestre de 1999, seja das turmas regulares ocorridas na sede (Florianópolis), seja das turmas especiais da UNOESC-Joaçaba (SC) e da URI-Erechim (RS). Esperando que os artigos e o novo visual da capa agradem ao nosso público, sempre tão fiel e tão qualificado, desejamos uma boa leitura.

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer
Conselho Editorial